

**A. I. N°** - 9379193/06  
**AUTUADO** - ADRIANA SOUZA DAS MERCES  
**AUTUANTE** - HELENA REIS DOS SANTOS REGO  
**ORIGEM** - IFMT – DAT/NORTE  
**INTERNET** - 07/06/06

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF N° 0198-03/06**

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. ESTOCAGEM DE MERCADORIAS DESACOMPANHADA DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL. Os documentos fiscais apresentados na defesa não comprovam a regularidade das mercadorias estocadas no estabelecimento autuado, visto que não se referem às mercadorias objeto da ação fiscal. Infração não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide, foi lavrado em 23/11/05, pela fiscalização de mercadorias em trânsito, para exigência de ICMS no valor de R\$3.872,10 acrescido da multa de 100%, em decorrência de ter sido constatada a estocagem de mercadorias tributáveis (medicamentos) no depósito da empresa, desacompanhada da documentação fiscal. Consta, na descrição dos fatos, que foi detectada a estocagem de mercadorias sem documentação fiscal, através de levantamento físico de estoque efetuado em 10/11/05, conforme Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos n° 2328458105 à fl. 04.

Em 25/11/05, a Inspetoria Fazendária, intimou o autuado para providenciar o pagamento do ICMS exigido nesta autuação, conforme documentos acostados às fls. 112 a 114. Na fl. 117, consta o Termo de Revelia exarado em 12/01/06, tendo a Comissão de Leilão Fiscal (fl. 119), intimado a empresa na condição de fiel depositário, para fazer a entrega das mercadorias apreendidas que estavam sob a sua guarda.

O autuado, em 20/02/06, acostou uma petição ao processo (fl. 122), informando que as mercadorias que estavam sob a sua guarda, estavam acobertadas pela defesa protocolada sob o n° 223442/005-9 de 19/12/05.

Esclarece que a defesa foi juntada aos Autos de Infração de n°s 937919-3 e 937920-7 e que foram reunidos em uma só petição. Reconhece que não observou o disposto no art. 8º, § 2º do RPAF/BA, e que só após receber a intimação da Comissão de Leilões, entrou em contato com a Inspetoria Fazendária e tomou conhecimento que, por equívoco, a petição da defesa não foi apensada a este processo.

Disse que, para sanar a irregularidade está juntando a este processo (fls. 124 e 125), a cópia da defesa original e pede que a mesma seja recepcionada.

Na defesa apresentada (fl. 124 e 125), o autuado reconhece como devido o ICMS exigido relativo às mercadorias Sonrisal, Aerogrip e Percálcio, que foram recebidas a título de bonificações, na forma de desconto concedido, conforme demonstrativo à fl. 124.

Em relação aos produtos Capox e Sodix, diz que discorda do débito apontado, tendo em vista que estas mercadorias foram adquiridas da Central Farma Comercial Ltda, conforme nota fiscal de n° 11167 de 11/10/05, que foi devidamente registrada.

Esclarece que a ação fiscal está centrada nas mercadorias cujo número de lote não se faz constar na referida nota fiscal, mas que a fiscalização não acatou a carta de correção que retifica o código fiscal de operação, a quantidade e a correção do Lote.

Alega que o produto Capox 25 mg, Lote 1107 tem como base de cálculo apurado pela fiscalização o PMC igual a R\$44,73 e que o PMC correto é de R\$12,23, conforme tabela de preços e que o valor da diferença apurado como se devido fosse é igual a R\$14.332,50.

Aduz que a carta de correção é válida, conforme preceitua o art. 201, § 6º do RICMS/BA e que se considerada, inexistente a configuração da acusação de estocagem de mercadoria sem documentação fiscal.

Pondera que mesmo que haja imposto a pagar, discorda do método de apuração da base de cálculo adotada pelo autuante, tendo em vista que se trata de mercadoria enquadrada no regime de substituição tributária, o que no seu entendimento se restringe a aplicação de multa de 1%, nos termos do art. 915, XI do RICMS/BA.

Por fim, pede que a autuação seja julgada parcialmente procedente.

O processo, foi encaminhado ao CONSEF para julgamento, e esta Junta decidiu converter em diligência ao autuante, para produzir a informação fiscal.

A autuante, na sua informação fiscal (fl. 135 e 136), inicialmente discorre sobre a infração e alegações defensivas e em relação à carta de correção apresentada pela autuada, esclarece que:

- a) em 10/11/05 efetuou a contagem física dos estoques, ocasião em que solicitou a apresentação das notas fiscais de entradas das mercadorias encontradas no estabelecimento;
- b) quando fez a entrega da documentação fiscal, o autuado apresentou uma carta de correção da nota fiscal de nº 11167 de 11/10/05, com data posterior à da contagem dos estoques, com trinta dias após a entrada das mercadorias no estabelecimento.

Afirma que a mencionada carta de correção é intempestiva, e altera o cálculo do imposto, o que contraria a legislação tributária.

No tocante à alegação defensiva de que deveria ser aplicada a multa prevista no art. 915, XI do RICMS/BA, diz que não procede, tendo em vista que “refere-se a imposto pago e documento fiscal não escriturada o que não se aplica ao presente fato”.

Finaliza dizendo que restou comprovada a correção da autuação, haja vista que o contribuinte mantinha no seu estabelecimento mercadorias estocadas, desacompanhadas de documento fiscal.

## **VOTO**

A autuação aponta como infração a estocagem de mercadorias em estabelecimento inscrito no cadastro de contribuintes do Estado, desacompanhada de documentação fiscal que comprove a sua origem.

O autuado, na defesa apresentada reconheceu o débito relativo às mercadorias Sonrisal, Aerogrip e Percálcio. Quanto aos produtos Capox e Sodix, da análise dos documentos juntados ao processo faço as seguintes observações:

- a) Na Declaração de Estoque, acostada pela autuante à fl. 05, bem como no Termo de Apreensão de Mercadorias (fl. 02), consta que foi encontrado no estabelecimento no momento da ação fiscal (dia 10/11/05), 300 caixas do produto Sodix, do Lote 610105 e 1164 caixas do mesmo produto com Lote 611105 e 441 caixas do produto Capox, do Lote 1107;

b) A nota fiscal de nº 11167 (fl. 17), apresentada pelo autuado para tentar provar a origem das mercadorias encontradas em seu estoque, indica para o produto Capox, o Lote 517105 e produto Sodix com Lote 611105 e 610105.

Portanto, está comprovado nos autos que os lotes das mercadorias encontradas em estoque do estabelecimento autuado, não correspondem àquelas mercadorias consignadas na nota fiscal apresentada pelo contribuinte. Entende-se desta forma, que a nota fiscal acobertava outra mercadoria e não, a mercadoria que foi encontrada estocada no estabelecimento no momento da ação fiscal. O imposto foi exigido sobre o produto Sodix 610105 e Capox 1107.

Quanto à carta de correção, concordo com o posicionamento do autuante, de que a mesma não deve ser considerada, haja vista que foi apresentada após a ação fiscal. O documento acostado à fl. 5, comprova que a contagem dos estoques ocorreu no dia 10/11/05, enquanto a carta de correção foi emitida em data posterior à ação fiscal, ou seja, em 11/11/05 (fl. 11). Portanto, não acato à mencionada carta de correção, tendo em vista que a mesma foi emitida após o início da ação fiscal. Levo em consideração, ainda, que a nota fiscal cujos dados são indicados na carta de correção, foi emitida em 11/10/05, e não é razoável, que tenha só sido corrigida trinta dias depois, e após a contagem física dos estoques.

Quanto a base de cálculo, verifico que na nota fiscal nº 11167 (fl. 17) atribui valor de R\$12,23 para cada caixa do produto Capox 25 mg 30 comprimidos, entretanto, o preço sugerido pelo fabricante, na tabela, cuja cópia foi juntada à fl. 09 é de R\$44,73. Tendo o autuante no demonstrativo acostado à fl. 7, considerado o valor indicado na tabela de preço sugerido pelo fabricante e aplicado a dedução de 10% da base de cálculo, por se tratar de medicamentos, conforme previsto na legislação do ICMS. Concluo, que está correta a base de cálculo apurada pela autuante.

Quanto ao argumento defensivo de que deveria ser aplicada a multa de 1% prevista no art. 915, XI do RICMS, não pode ser acatado, tendo em vista que a infração trata de mercadorias encontradas no estabelecimento sem documentação fiscal de origem, e não ficou comprovado que o imposto daquelas mercadorias, já tinha sido pago antes da autuação.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **937919-3/06**, lavrado contra **ADRIANA SOUZA DAS MERCÊS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento imposto no valor de **R\$3.872,10**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “b” da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 de junho de 2006.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

OLAVO JOSÉ GOUVEA OLIVA - JULGADOR